

O PIBID E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Maria Dayane de Oliveira (CAMEAM/UERN Bolsista PIBID, e-mail:
day_ane_df@hotmail.com)

Maria Jackeline Rocha Bessa (CAMEAM/UERN Bolsista PIBID, e-mail:
jakyy84@hotmail.com)

Edilene Rodrigues Barbosa (Orientadora- Docente CAMEAM/UERN, e-mail:
edilene.r.b@gmail.com)

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade, traçar uma ponte entre teoria e prática no ensino de espanhol como língua estrangeira a partir de observações e intervenções realizadas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Escola Estadual Profª Maria Edilma de Freitas, localizada na cidade de Pau dos Ferros/ RN. Nosso trabalho propõe uma discussão crítica e reflexiva sobre experiências a partir da regência ministrada em um curso livre sobre a língua espanhola no ENEM. Traçamos nossas discussões com base nos documentos oficiais de ensino como, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) e Orientações Curriculares Nacionais (OCN, 2008), Fernández (2000) e Coracini (1995). Acreditamos que o trabalho seja relevante por possibilitar reflexão sobre processos indispensáveis para a formação docente, como por exemplo a fase de observações e diagnóstico do ambiente escolar, bem como as interferências possibilitadas pelo curso ministrado na referida escola. As experiências apontam a importância de estudarmos os textos teóricos antes de irmos à campo, no sentido de estarmos preparados para lidarmos com a realidade do ensino de língua estrangeira.

Palavras- chave: PIBID, Ensino, Letras espanhol.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório tem como principal objetivo, relatar de maneira crítica e reflexiva as observações realizadas na Escola Estadual Profª Maria Edilma de Freitas, bem como nossas experiências a partir de intervenções em um curso livre sobre a língua espanhola no ENEM ministrado na referida escola.

Este trabalho tem como finalidade, traçar uma ponte entre teoria e prática no ensino de Espanhol como língua estrangeira, com base em documentos oficiais de ensino como, Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e Orientações Curriculares Nacionais (2008), Fernández (2000) Coracini (1995), a Lei N° 11.161, a entrevista aplicada a professora supervisora do PIBID, entre outras referências, no âmbito de discutir concepções de língua, linguagem, ensino e aprendizagem no ensino de língua espanhola.

As informações aqui apresentadas fazem parte de um acervo de anotações a partir de observações realizadas na Escola Estadual Maria Edilma de Freitas, bem como, relatos de um curso livre sobre o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) voltado para a prova de língua espanhola ministrado para alunos desta referida escola que tiveram interesse em participar do curso.

O presente trabalho está dividido em três partes. A primeira parte apresentará as reflexões sobre as observações realizadas, visando com que os relatos possam contribuir para reflexões sobre a importância desta fase de primeiro contato com a instituição e os pontos relevantes que esta fase possibilite atribuir a formação docente.

A segunda parte procura fazer uma ponte discursiva entre as lacunas deixadas pela Lei 11.161, que puderam ser identificadas durante o período de observações e as implicações destas lacunas para um ensino e aprendizagem de língua espanhola funcional e eficaz.

A terceira parte está constituída em um relato que concentra informações relevantes e notáveis durante o período de intervenção através do curso por nós ministrado, ressaltando pontos positivos e negativos. Esses relatos estão apoiados em discussões teóricas e tem como objetivo fomentar críticas e reflexões sobre o fazer docente eficaz.

1 OBSERVAÇÃO: UM MOMENTO PARA REFLEXÃO E APRENDIZAGEM QUANTO À FORMAÇÃO DOCENTE.

A Escola Estadual Profa. Maria Edilma de Freitas está localizada na Rua Respício José do Nascimento, S/N no conjunto Habitacional Princesinha do Oeste na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte. As observações vão bem além das observações de uma aula de língua espanhola, neste primeiro momento foi possível observar não apenas com se constitui uma aula, desde a seleção de material didático, o planejamento realizado pela professora, a metodologia utilizada por ela, e o aproveitamento/funcionalidade dos conteúdos.

As observações propiciaram também um contato com o universo escolar, a política educacional da escola, que preza uma regência interdisciplinar atrelando todas as disciplinas procurando atender e respeitar os direitos dos alunos enquanto educandos, almejados no documento oficial das OCN (BRASIL, 2008).

De maneira complementar, intensificam-se as políticas para a infância e a adolescência, ao mesmo tempo em que nos programas pedagógicos são reforçadas as propostas de interdisciplinaridade, transdisciplinariedade, transversalidade. O intuito delas é promover a expansão da compreensão de mundo, pois pretendem ensinar os alunos a entender

as relações entre as disciplinas pedagógicas – em vez de ensinar as matérias escolares de maneira isolada, ou seja, voltadas para si mesmas – e as disciplinas escolares, e delas com a sociedade e a vida dos alunos. (BRASIL, 2008, p. 98).

Compreendendo a linguagem como uma habilidade para interação, ou seja, um evento sócio interacional e para utilização do homem, como um recurso inerente e necessário à sua convivência no meio do qual faz parte e conhecer novas linguagens, se configura como uma condição necessária aos sujeitos do mundo moderno e globalizado, ou seja, implicitamente as pessoas que vivem na modernidade da nossa era, são inconscientemente induzidas a aprender uma nova língua, as comunicações cada vez mais rápidas que ligam diferentes culturas, países e pessoas, de alguma forma direcionam as pessoas na busca para aprender novas linguagens de modo a se fazerem entender e compreender os demais.

Dessa forma, a educação e a escola são vistas como responsáveis para ajudar, orientar as pessoas no conhecimento e aproximação com novas culturas. O processo de ensino e aprendizagem nesse caso deve levar em consideração os diferentes sujeitos, seus “mundos” de convivência, suas limitações e principalmente a prática tanto dentro como fora de sala de aula, isso é importante de modo que o aluno possa compreender o que está aprendendo e como pode utilizar esse conhecimento fora da escola.

Partindo desses pressupostos a professora que cedeu suas aulas para as primeiras observações do PIBID, falou-nos sobre a importância dos documentos que regem a educação no Brasil e a preocupação na elaboração de aulas que atendam os objetivos almejados nos PCN. Vejamos o que a professora diz:

Creio que de imediato atender as demandas e orientações de instituições educacionais superiores, como o Ministério de educação que tenta padronizar, ou melhor, sistematizar o ensino no nosso país. Além disso, os PCN geralmente são vistos como guias de orientação, embora alguns educadores o utilizem como um ditador do procedimento a ser utilizado em sala de aula, porém os PCN orientam mais o desenvolvimento da leitura através de diferentes materiais e recursos como os gêneros autênticos que circulam socialmente e fazem parte do contexto de vivência dos alunos. (AIRES, s.p, 2013).¹

A metodologia é fundamental para que os objetivos propostos sejam alcançados o máximo possível. Todavia não existe o método perfeito, mas um ou vários métodos podem ser utilizados levando em consideração o perfil da turma, as necessidades dos alunos, as

¹ Trecho da entrevista realizada com a professora supervisora Ivoneide Aires Alves do Rego em 2013 na Escola Estadual Profª Maria Edilma de Freitas.

exigências ou metas da escola, os objetivos do professor, o conteúdo a ser trabalhado, e etc. Cabe salientar que os procedimentos usados pelo professor contribuem a partir do momento que facilitam a compreensão do conteúdo, induzem à oralidade, leitura, interpretação e na produção escrita, de modo que o aluno não tenha medo ou vergonha de se expressar por medo de errar.

Quanto ao método de ensino adotado pela professora, ao ser indagada sobre qual método a professora utiliza em suas aulas de língua espanhola, ela contesta dizendo que: “cada turma tem suas particularidades, sua singularidade, e diante de um cenário tão heterogêneo seria um tanto irresponsável falar em método ideal” (AIRES, 2013). Neste caso, a professora infere que questões como enfoques, método, metodologias devem estar adequadas às turmas, e não determinadas por afinidades do educador para com tal enfoque, método, metodologia. É como se para definir como trabalhar em uma determinada turma ela tivesse que conhecer primeiro os alunos, suas necessidades, suas carências e somente depois optasse pela escolha e adequação de métodos de ensino funcionais.

Durante as observações pôde-se notar que o livro didático é usado como um guia do conteúdo a ser trabalhado, os temas que fazem parte da realidade dos alunos são ampliados com outros materiais e pesquisas e os que se distanciam da realidade do aluno são deixados de lado, ou ainda apresentados a título de ampliar o conhecimento sobre diferentes gêneros textuais. O livro acompanha ainda o CD de áudio, que tem como propósito trabalhar a audição para despertar no aluno o conhecimento acerca dos aspectos fonéticos e fonológicos da língua espanhola. A professora faz uso também de *datashow*, para ilustrar e dinamizar aulas e ainda, introduzir unidades didáticas do livro e aparelhos de som, letras e áudio de músicas, esses materiais são utilizados para trabalhar aspectos culturais, linguísticos e vocabulário.

Perguntamos a professora como deveria ser a seleção, escolha do material didático para aulas de E/LE e ela contestou que, “o material tem de ser adequado ao nível de conhecimento e de aprendizagem dos alunos”. (AIRES, 2013). Disse ainda que “qualquer material utilizado para auxiliar e/ou facilitar o aprendizado do aluno deve ser considerado...”, e novamente ao ser indagada sobre exemplos de materiais ela respondeu “... materiais didáticos vão além do LD (livro didático) para mim material didático pode ser livros literários, dicionários, vídeos, músicas, poesias, poemas, embalagens de produtos, etc.” que vem reforçar do ponto de vista do educador de encontro com a concepção de material didático defendida por Fernández (2000, p. 73).

[...] Os materiais didáticos abrangem muito mais que o livro didático (LD), entre essas matérias podemos listar dicionários, gramáticas, manuais de

conjugações verbais, cadernos de exercícios, livros, e textos literários, artigos, reportagens de revistas, jornais, sites da internet, livros e leituras do meio acadêmico, atividades lúdicas, músicas, vídeos, mapas, cartazes, folhetos, etc.[...].²

Observamos também como são trabalhados os conteúdos, e com que finalidade são escolhidos para as aulas de Espanhol. Pôde-se notar que geralmente segue-se a seleção de conteúdos indicada pelo livro didático adotado pela escola e distribuídos de acordo com cada série do Ensino Médio. Esses conteúdos são explorados de modo contextualizado, explorados em textos do livro, letras de músicas, diálogos simples, ou textos retirados da internet para esse fim.

A professora prioriza o trabalho com gêneros textuais dos quais os alunos estão mais próximos, ou, apresentam maior interesse como, por exemplo: tirinhas, charges, propagandas, biografias, receitas, letras de músicas, poemas, poesias, propagandas, sinopse de filmes, artigos de opinião, etc.

Perguntei-a sobre às dificuldades mais frequentes enfrentadas por ela no processo de ensino/aprendizagem de Espanhol e ela disse que: “[...] o maior problema está relacionado à carga horária muito curta, não dá tempo de se aprofundar nos aspectos linguísticos do idioma, o livro serve de apoio, mas devido à reduzida carga horaria se faz necessário fazer adaptações. Faltam também matérias disponíveis a todos, como por exemplo, dicionários [...]”. Estas e outras dificuldades podem ser explicadas se analisarmos o processo de implantação de Língua espanhola em escolas brasileiras e pela legitimação da Lei 11. 161, tentaremos explorar estes e outros aspectos relevantes no tópico seguinte.

1.2 As dificuldades ocasionadas pelas lacunas da lei 11.161 para o ensino de E/LE

Sabemos que o ensino de espanhol no Brasil surgiu com a aprovação da Lei N° 11.161, publicada em 05 de Agosto de 2005 e que viabilizava o processo de implantação da língua espanhola nas escolas públicas e privadas no prazo de cinco anos, o que viabilizou sua implementação em 2010, a lei torna obrigatória à oferta da língua espanhola por escolas de

² Trecho Original: [...] Los materiales didácticos abarcan mucho más que el libro de texto (LD), como pueden ser los diccionarios, gramáticas, manuales de conjugación verbal, cuadernos de ejercicios, libros y textos literarios, artículos y reportajes procedentes de fuentes variadas (periódicos, revistas, sitios de internet), libros de lecturas graduadas, de actividades lúdicas o de apoyo lingüístico, grabaciones en audio y/o vídeos, canciones, mapas, carteles, folletos publicitarios, etc. [...]. (FERNÁNDEZ, p.73.)

ensino médio, porém a matrícula efetuada pelo aluno é facultativa e no ensino fundamental essa oferta é facultativa por parte da instituição escolar, ou seja, é a escola quem decide se oferta ou não a língua. Em outras palavras quer dizer que a lei deixa lacunas quando torna facultativa a oferta da língua espanhola tanto no ensino médio e pior ainda no ensino fundamental.

A reflexão dessas lacunas pode ser claramente percebida em ambientes escolares, como por exemplo, na biblioteca. Durante uma visita à biblioteca da Escola Estadual Profª Maria Edilma de Freitas pôde-se observar que a mesma dispõe de um grande acervo bibliográfico com cerca de mais ou menos 4.600 exemplares que variam de livros literários, didáticos e demais matérias didáticas como revista, jornais, gibis, dicionários dentre outros, porém não existe na biblioteca da escola sequer um exemplar da literatura espanhola.

Quanto a este dado podemos entender como uma consequência das lacunas existentes na lei 11.161, talvez se a oferta da língua fosse de fato obrigatória, a escola tivesse uma real preocupação quanto ao material didático disponibilizado a alunos e professores e ainda procurasse prezar por um ensino de E/LE voltado para formação social e crítica de seu alunado. Vale salientar que é visível que uma grande parte de alunos gosta e vai à biblioteca por vontade própria independente da busca por leituras direcionadas ou não pelos professores.

A constatação da inexistência de exemplares da literatura espanhola pode estar diretamente relacionada ao objetivo de escolas regulares quanto ao ensino de línguas estrangeiras segundo as OCN (Orientações Curriculares Nacionais) que tem por sua vez a centralização em um ensino instrumental, linguístico e às vezes até estrutural da língua estrangeira, desconsiderando assim os aspectos culturais, históricos, sociais, políticos dentre outros que podem e revelam as origens e identidades de uma língua. Sobre esta questão Coracini (1995, p. 18) posiciona-se da seguinte maneira:

Nas aulas de língua, em particular – língua materna e língua estrangeira-, o texto é, na maioria das vezes, usado como pretexto para o estudo da gramática, do vocabulário ou de outro aspecto da linguagem que o professor (ou o livro didático) reputa como importante ensinar. Assim, o texto parte do material didático, perde sua função essencial de provocar efeitos de sentido no aluno leitor, para ser apenas o lugar de reconhecimento das unidades e estruturas linguísticas cuja funcionalidade parece prescindir dos sujeitos.

A literatura é um dos caminhos que podem viabilizar esse conhecimento cultural, social e histórico de uma língua, além de propiciar ao leitor/alunado, a capacidade de compreensão de outros gêneros textuais.

As OCN advertem que o uso da literatura não deve ser cobrado em salas de aula como forma mecânica de memorização de períodos literários e características destes períodos. Segundo o PCN+, o trabalho com, ou a utilização de recursos literários devem estar “Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências [...]” (PCN+, 2002, p. 55). Ainda segundo as OCN faz-se necessários a formação de alunos leitores, e que tenham capacidade de enxergar novos horizontes a partir da leitura literária.

2. O CURSO LIVRE: NOSSA PRIMEIRA INTERVENÇÃO E SUA RELEVÂNCIA PARA NOSSA FORMAÇÃO DOCENTE

Iniciamos a primeira aula do curso apresentando aos alunos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com o objetivo de esclarecer o que é e como se faz, além de outros programas do MEC como o SISU e o FIES, já que a maioria não tinha total conhecimento dos programas, alguns nem ao menos tinham conhecimento da existência dos mesmos. Nesta primeira aula assim como também na aula complementar que se iniciou em 14 de junho com a turma realizamos uma dinâmica.

Apresentamo-nos em espanhol e pedimos aos alunos que fizessem o mesmo em duplas (pequenos diálogos) para o resto da turma, (deveriam perguntar o nome do colega, quantos anos ele/a tem, de onde é e o que faz). Todos fizeram, alguns com melhor desempenho, outros nem tanto, mas, todos fizeram e foi bastante proveitoso, porque houve interação entre nós, estagiárias com a turma e deles com a gente e com eles mesmos.

O que para nós foi de um todo proveitoso, já que consideramos essa interação importantíssima na fase de ensino aprendizagem de uma segunda língua, bem como também no desenrolar da prática docente. Segundo o documento Oficial dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) essa interação deve ser vista como um dos objetivos primordiais na aprendizagem de uma L2, para que o próprio aluno se veja dentro desse processo como principal responsável por este processo de aprendizagem. Vejamos o que dizem os PCN.

A aprendizagem de uma língua estrangeira deve garantir ao aluno seu engajamento discursivo, ou seja, a capacidade de se envolver e envolver outros no discurso. Isso pode ser viabilizado em sala de aula por meio de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo, ou seja, sua construção como sujeito do discurso² via Língua

Estrangeira. Essa construção passa pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira. (BRASIL, 1998, p.19)

Logo em seguida fizemos umas perguntas para sondar qual o conhecimento que os alunos tinham sobre a língua espanhola, é claro, eles sabiam algumas coisas, que viam na TV, que liam em revistas, internet e outros. Pois sabemos que o aluno não chega à escola destituído de informações, ele tem ainda que pequena toda uma vivência, experiências de vida, de comunicações com a família, parentes, amigos, enfim um conhecimento de mundo, e este deve ser considerado e mais ainda deve ser utilizado a favor da aprendizagem de uma segunda língua, quanto a isso os PCN vêm colocar que a L2 deve “[...] aumentar o conhecimento sobre linguagem que o aluno construiu sobre sua língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira em vários níveis; [...]” (Brasil, p. 28).

Quanto ao material, elaboramos um caderno didático que contemplava textos de diferentes gêneros e exercícios de interpretação, além de exemplares de ENEM’s anteriores, e simulados, para socialização, discussão, problematização e resolução em sala de aula. A utilização deste caderno não nos impediu de fazermos uso de outras matérias didáticas e recursos para promover um maior envolvimento dos alunos e assim propiciar melhores condições de ensino aprendizagem.

Estes recursos geralmente partiam da inserção de elementos culturais, dos quais os alunos tinham conhecimento na língua materna, como por exemplo, músicas, filmes, vídeos, danças, etc. Utilizávamos este método para introduzir novos conteúdos, ou seja fazíamos uso do conhecimento de mundo dos alunos para a partir disso introduzir informações/conteúdos novos. Quanto a essa prática os PCN afirmam que:

No que se refere aos conhecimentos que o aluno tem de adquirir em relação à língua estrangeira, ele irá se apoiar nos conhecimentos correspondentes que tem e nos usos que faz deles como usuário de sua língua materna em textos orais escritos. Essa estratégia de correlacionar os conhecimentos novos da língua estrangeira e os conhecimentos que já possui de sua língua materna é uma parte importante do processo de ensinar e aprender a Língua Estrangeira. Tanto que uma das estratégias típicas usadas por aprendizes é exatamente a transferência do que sabe como usuário de sua língua materna para a língua estrangeira. (BRASIL, 1998, p.32).

Sabemos que o processo de ensino aprendizagem de uma língua requer mais atenção, elaboração, preparação por parte de quem ensina e principalmente dedicação. É de nosso conhecimento ainda que uma língua não se constitui apenas de aspectos linguísticos e estruturais, a cultura de um determinado povo pode e diz muito sobre sua língua, também por isso procuramos encaixar em nossas aulas elementos culturais, afim de não apenas apresentarmos a cultura de um determinado povo, mas para através da aprendizagem de uma língua incentivar o pensamento crítico reflexivo dos alunos enquanto indivíduos.

Segundo as OCN “um idioma não pode ser aprendido isoladamente de seus valores sociais, culturais, políticos e ideológicos... (BRASIL 2008. p.91)” dessa forma compreendemos que o ensino de língua estrangeira tem outras funções além de ensinar o aluno a comunicar-se em determinada língua, este contribui ainda para o processo de conscientização dos deveres e direitos dos indivíduos enquanto cidadãos.

As aulas ministradas no curso livre tinham como principal objetivo propiciar uma interação entre alunos, já que entendemos os conceitos a linguagem como interação e de língua como um evento sócio interativo, ou seja, era de nosso interesse que houvesse uma proximidade, uma liberdade de expressão entre bolsistas PIBID, alunos e conteúdo, com a intenção de mostrar que o aluno é o principal responsável pela construção do conhecimento, e que o professor é apenas um mediador, ao qual ele pode e deve recorrer.

É pertinente registrar aqui que a pesar de nós bolsistas e a professora supervisora do PIBID entenderem a língua e a linguagem respectivamente como evento sócio interativo e fenômeno de interação, algumas vezes devido às questões de indisciplina a professora e as bolsistas tiveram que recorrer a métodos que prezam pela simples e única utilização do livro didático, adotando também nestas situações a concepção de língua como sistema, já que os alunos em alguns momentos parecem não partilharem da concepção de ensino e aprendizagem da qual eles próprios são protagonistas no processo de construção coletiva do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir as primeiras observações e nossa primeira intervenção como bolsistas do PIBID de Letras espanhol, os textos acadêmicos que constituem o *corpus* teórico discutidos em sala de aula durante as reuniões semanais com bolsistas, supervisores e a orientadora, finalmente ganharam sentido, ou em outras palavras, vistos na prática, eles são realmente

necessários. Reconhecemos assim a importância do embasamento teórico, das discussões e reflexões feitas por nós alunos de graduação, junto aos nossos supervisores e orientadores.

A primeira fase que constituiu apenas as observações nos pareceu de um todo importante, partindo do princípio de que é extremamente necessário no processo de formação de novos profissionais na área de educação, especificamente na área de línguas estrangeiras, no nosso caso o espanhol, um contato prévio com a instituição de ensino, conhecer descobrir, como se dá o processo de ensino e aprendizagem de uma língua num espaço delimitado, situacional e heterogêneo no âmbito de comportar alunos de várias idades e relativamente de influências culturais tão diferentes. Além de propiciar um contato com a política educacional da escola, saber qual o tipo de público a escola atende, como a professora prepara suas aulas, se é funcional, e se não é, como resolver imprevistos diante de uma profissão totalmente imprevisível e que requer prática, ética e acima de tudo funcionalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Linguagens, códigos e suas tecnologias** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 239 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 1).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

CORACINI, M. J. (Org) **O jogo discursivo na aula de Leitura: Língua materna e língua estrangeira**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

FERNÁNDEZ, F. M. **Qué español enseñar**. Madrid: Arco/Libros, S.L., 2000.